

ASPECTOS DE PRESERVAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: uma análise sobre as políticas públicas

Mariana Estima Silva, discente de pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas,
PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural

Sidney Gonçalves Vieira, docente, Universidade Federal de Pelotas, PPG em
Memória Social e Patrimônio Cultural

e-mail primeiro autor- estimasilva.m@gmail.com

As cidades são responsáveis por fortes impactos ao meio ambiente, em razão da construção, utilização e demolição de suas edificações. Por isso, atualmente, o tema da sustentabilidade tem ganhado espaço no cenário das políticas públicas urbanas. O cuidado com a eficiência energética de novas edificações tem contribuído para a diminuição dos impactos causados em razão do consumo de energia, considerando toda sua vida útil. Ainda assim, é preciso pensar em como melhorar o desempenho energético de edificações pré-existentes, principalmente daquelas que são protegidas por normas de preservação do patrimônio histórico e cultural, e que, portanto, apresentam restrições para intervenções. A decisão pela proteção de edificações pode sim ser considerada uma escolha sustentável, visto que se deixa de utilizar recursos naturais para uma nova construção e, por não serem demolidas, diminuem também o impacto por geração de resíduos da construção civil. É preciso considerar então, a eficiência energética durante o uso e operação desse patrimônio cultural edificado, já que, em geral, seus sistemas datam de épocas em que a eficiência energética não era considerada. Contudo, resta saber se existem políticas que incentivem a atualização do patrimônio cultural edificado, considerando sua eficiência energética e, ao mesmo tempo, sua conservação. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é analisar o cenário das políticas públicas de incentivo à eficiência energética no patrimônio cultural edificado, em um contexto nacional e internacional. Para alcançar o objetivo, a metodologia investigativa baseou-se em um levantamento das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural edificado e de eficiência energética em edificações, no contexto mundial e brasileiro, através de revisão bibliográfica. Esse levantamento permitiu analisar se o tema da eficiência energética é considerado por regulamentações de preservação, bem como o contrário, se as normas de eficiência energética consideram as especificidades do patrimônio cultural edificado. Foi possível confirmar o que já era esperado, que as políticas para preservação do patrimônio edificado surgiram antes das destinadas à eficiência energética, publicadas apenas após a crise mundial do petróleo, na década de 1970. Além disso, as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural começaram a incluir o tema da sustentabilidade, meio ambiente e mudanças climáticas, no momento em que foram surgindo regulamentações e certificações de eficiência energética, ou seja, passam a incluir eficiência energética em suas premissas antes de legislações e regulamentações de eficiência energética considerarem as edificações pré-existentes e protegidas. Com alguns anos de diferença, o patrimônio cultural edificado passou a ser considerado em regulamentos

para eficiência energética, com a publicação de normativas voltadas à atualização do desempenho energético dessas construções, em um contexto internacional. O cenário brasileiro é diferente, o patrimônio cultural edificado é apenas mencionado nas regulamentações de eficiência energética em edificações, mas não são consideradas suas especificidades e peculiaridades. Sendo assim, concluiu-se que em um contexto mundial, o patrimônio cultural edificado e a eficiência energética estão alinhados em relação às políticas públicas. Entretanto, no Brasil a situação é diferente, sendo necessários estudos nessa área para levantar discussões acerca da consideração da eficiência energética em prédios preservados, no intuito de embasar políticas públicas que incentivem essa prática.

Palavras-chave: Patrimônio cultural edificado; Eficiência energética; Políticas públicas; Sustentabilidade.